

Escola, um lugar de fala sobre o capacitismo

School as a place for speaking out against ableism

Flávia Santos Rodrigues¹, Laila Maria Duarte Borges², Priscilla Gabriel de Souza², Mirian Fioresi³, Paula de Souza Silva Freitas³, Lorena Barros Furieri³

RESUMO

Introdução: Diante do avanço das discussões científicas e da crescente incorporação do conceito de capacitismo nas produções acadêmicas, surgiu o seguinte questionamento: em quais contextos o termo “capacitismo” é empregado nos espaços escolares? **Objetivo:** Identificar como o conceito de capacitismo é descrito e utilizado na literatura científica. **Métodos:** Foi realizada uma busca sistemática em quatro bases de dados — Periódicos CAPES, PePsic, BVS-Psi e SciELO — utilizando o descritor “capacitismo”. Os critérios de inclusão adotados foram: artigos científicos de autoria nacional, disponibilizados online e publicados entre os anos de 2021 e 2024. A partir da seleção dos materiais, desenvolveu-se uma revisão de literatura com foco na identificação das abordagens e interpretações do capacitismo no ambiente escolar. **Resultados:** Os resultados analisados evidenciam reflexões significativas sobre as múltiplas formas de manifestação do capacitismo nas instituições de ensino, tanto de maneira sutil quanto explícita. Observa-se que, além das atitudes abertamente discriminatórias, o capacitismo também se expressa por meio de gestos e práticas que, embora revestidos de aparente benevolência, perpetuam estigmas e preconceitos em relação às pessoas com deficiência. **Conclusão:** Conclui-se, portanto, que este estudo pode servir como um alerta e, sobretudo, como uma fonte de informação e conscientização para a sociedade. Ao observar o cotidiano escolar, é possível identificar diversas facetas de uma cultura capacitista que valoriza os indivíduos com base exclusivamente em suas capacidades físicas ou mentais, ignorando a diversidade e a complexidade da experiência humana. Assim, espera-se contribuir para a construção de espaços educacionais mais inclusivos, equitativos e respeitosos à diferença.

Palavras-chave: Capacitismo. Discriminação. Preconceito. Inclusão social.

ABSTRACT

Introduction: Given the advancement of scientific discussions and the growing incorporation of the concept of ableism in academic productions, the following question arose: in what contexts is the term “ableism” used in school settings? **Objective:** To identify how the concept of ableism is described and applied in the scientific literature. **Methods:** A systematic search was conducted in four databases — Periódicos CAPES, PePsic, BVS-Psi, and SciELO — using the descriptor “ableism.” The inclusion criteria were: national authorship scientific articles, available online, and published between 2021 and 2024. Based on the selected materials, a literature review was carried out focusing on the identification of approaches and interpretations of ableism within the school environment. **Results:** The analysis reveals significant reflections on the multiple forms of ableism manifestation within educational institutions, both subtly and explicitly. It is observed that, beyond openly discriminatory attitudes, ableism also manifests through gestures and practices that, although seemingly benevolent, perpetuate stigmas and prejudices against people with disabilities. **Conclusion:** This study may serve as both a warning and a source of information and awareness for society. Observing the school environment reveals various facets of a culture of ableism that values individuals solely based on their physical or mental abilities, overlooking the diversity and complexity of human experience. Thus, it is hoped to contribute to the construction of more inclusive, equitable, and respectful educational spaces.

Keywords: Ableism. Discrimination. Prejudice. Social inclusion.

¹ Prefeitura Municipal de Vila Velha.
Vila Velha/ES, Brasil.

² Hospital Universitário Cassiano
Antonio de Moraes. Vitória/ES, Brasil.

³ Universidade Federal do Espírito
Santo. Vitória/ES, Brasil.

Correspondência

lorena.furieri@ufes.br

Direitos autorais:

Copyright © 2025 Flávia Santos
Rodrigues, Laila Maria Duarte Borges,
Priscilla Gabriel de Souza, Mirian
Fioresi, Paula de Souza Silva Freitas,
Lorena Barros Furieri.

Licença:

Este é um artigo distribuído em
Acesso Aberto sob os termos da
Creative Commons Atribuição 4.0
Internacional.

Submetido:

15/2/2025

Aprovado:

29/3/2025

ISSN:

2446-5410

INTRODUÇÃO

A inclusão social perpassa pelo empoderamento dos sujeitos e pela transformação da sociedade. A princípio, somos todos iguais enquanto seres humanos e diferentes ao construirmos nossas identidades. Por sua vez, a diferença é a característica que distingue um ser do outro e propicia a aproximação entre eles e, quando não é respeitada, se expressa o preconceito¹. Convivemos em sociedade e nela, as pessoas precisam reconhecer e conviver com a diversidade humana seja pela cultura, religião, aparência física, etnia, economia, ou qualquer outra diferença.

A Constituição Federal de 1988 nos traz como um dos objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, inciso IV). No artigo 205, a Constituição Federal de 1988 define a educação como um direito de todos, dever do Estado e da família (art. 205, CF/88)².

O conceito de capacitismo tem sido amplamente discutido na literatura e nos estudos internacionais, e passou a receber maior atenção no Brasil mais recentemente. Um marco importante nesse processo foi a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), sancionada em 2015, que contribuiu significativamente para a institucionalização do combate ao capacitismo no país³.

De acordo com Maia, o capacitismo configura-se como uma forma de opressão estrutural que marginaliza e desvaloriza pessoas com deficiência, sustentando-se em uma lógica que associa o valor do ser humano à produtividade, à autonomia idealizada e à conformidade com padrões corporais e cognitivos normativos⁴.

Em um processo inclusivo pretendido, as políticas dos sistemas de ensino devem prever a eliminação das barreiras à educação dos estudantes com deficiência e necessidades educacionais não específicas, promovendo a participação de todos e todas⁵. Assim como, as relações entre seus pares, sendo fundamental para uma socialização humanizada. Em uma escola de Ensino Fundamental, no município de Vila Velha-ES, que ofertava Atendimento Educacional Especializado (AEE) no ensino

colaborativo foi percebido que o capacitismo estava presente nas interações cotidianas que se revelavam em atitudes de exclusão e comentários que depreciavam os estudantes com deficiência. Sendo assim, essa situação passou a produzir, no ambiente escolar, sentimentos de hostilidade que impactavam não só o bem-estar dos estudantes afetados, mas também, prejudicavam seu desenvolvimento emocional e social⁶.

Diante desse cenário, ao observar o comportamento dos estudantes tidos como “normais” percebeu-se que os estudantes com deficiência eram frequentemente alvo de chacotas e piadas e isolados de brincadeiras e atividades escolares coletivas. Frases como “você é retardado”, “sai daqui porque você não consegue fazer isso”, “nem fala com ele, não vai entender mesmo”, evidenciando uma forma de violência psicológica que estigmatiza esses estudantes, afetando a sua autoestima e a inclusão social no espaço escolar. Além disso, o comportamento capacitista não afetava somente os estudantes diretamente envolvidos, mas também, influenciava negativamente o clima da turma como um todo, desencadeando um ambiente de exclusão e discriminação. Diante dessa realidade o objetivo do presente estudo foi identificar como o conceito de capacitismo é descrito e utilizado na literatura científica.

MÉTODOS

Diante do cenário científico e da utilização do conceito do termo capacitismo, surgiu o seguinte questionamento: Qual contexto o termo capacitismo é utilizado nos espaços escolares? Para auxiliar na compreensão dessa questão, esse artigo teórico realizou uma busca sistemática em 4 bases de dados, sendo periódicos CAPES, PePsic, BVS-Psi, SciELO. Optamos por utilizar apenas o termo “capacitismo”. Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: ser artigo científico nacional; disponibilizado online; considerado o ano de 2021 até o ano de 2024. E para darmos elegibilidade, os estudos foram lidos na íntegra. A pesquisa ocorreu entre os meses de novembro e dezembro de 2024. Com base nisso e considerando os critérios estabelecidos, selecionamos 6 artigos.

RESULTADOS

No Quadro 1, apresentamos uma descrição sucinta sobre o conceito de capacitismo, presente nos artigos encontrados. Os resultados sugerem a existência de uma lacuna teórica em relação à produção científica que se baseia em um conceito fundamentado de capacitismo.

DISCUSSÃO

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146) prevê assegurar e promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, promovendo a inclusão social, acessibilidade, cidadania, acesso a tecnologias assistidas, segurança

QUADRO 1. Síntese dos conceitos de capacitismo utilizados nos artigos analisados

Autores/Ano	Conceito
Dias FS, Moreira MCN, Silva LN. 2023. ¹⁰	Dias ¹⁰ : “ora as pessoas com deficiência são reconhecidas por suas potencialidades, ora como especialmente vulneráveis”. Mello ^{29,33} reforçou que a mudança de terminologia para “pessoa com deficiência” se tornou “questão de orgulho” diante do entendimento de “que a deficiência é um atributo (uma qualidade) que a distingue de outros grupos sociais e não um problema (incapacidade)”.
Ferreira SDM, Gesser M, Böck GLK. 2024. ²²	Dias ⁹ , diz que “a genealogia do capacitismo se encontra vinculada à eugenia”. Campbell ¹¹ , Taylor ²⁴ e Wolbring ²⁶ , Gesser, Block e Mello ⁶ destacam que o capacitismo tem um caráter estrutural e interseccional, pois é reproduzido em diversas instituições sociais e impacta a vida de pessoas atravessadas por múltiplas intersecções. Baglieri et al. ²⁵ : “o capacitismo sustenta o mito do estudante ideal, aquele considerado “capaz” de realizar o que se propõe, ou seja, a pessoa sem deficiência”.
Lage SRM, Lunardelli RSA, Kawakami TT. 2023. ²⁷	Sassaki ¹⁹ : “O capacitismo está focalizado nas supostas ‘capacidades das pessoas sem deficiência’ como referência para mostrar as supostas ‘limitações das pessoas com deficiência’”. Mello e Cabistani ³⁰ afirmam que o preconceito com “pessoas com deficiência configura-se como um mecanismo de negação social, já que as diferenças são vistas como carência, falta ou impossibilidade”. Vendramin ¹⁴ : “Capacitismo é a leitura que se faz a respeito de pessoas com deficiência, assumindo que a condição corporal destas é algo que, naturalmente, as define como menos capazes”.
Santos LX. 2021. ¹⁴	Santos ²⁸ : “[...] para compreender corpos que possuem particularidades que são compreendidas como ‘falhas’, isto é, características corporais que determinam a identidade de um grupo social resumida como deficiente”. Santos (2021, p. 1), “Desconstruir a naturalização do capacitismo é um caminho para repensarmos o modo em que vivemos[...]”.
Piccolo GM. 2024. ³¹	Campbell ³³ define o capacitismo como “uma rede de crenças, processos e práticas que produz um tipo particular de Eu e Corpo (o padrão corpóreo) que se projeta como o perfeito, típico da espécie e, portanto, essencial e plenamente humano. A deficiência, então, é apresentada como um estado diminuído do ser humano”. Mello, Aydos e Schuch ³⁰ : “somos uma sociedade que tem verdadeiro fetiche por adjetivos relacionados à ontologia negativa da deficiência e outras condições de saúde”.
Soares BS, Ribeiro IP. 2023. ³²	Mello ¹² diz que “o que acarreta o julgamento moral de que as PcDs são incapazes e inferiores”. Dias ⁹ diz “um neologismo que sugere um afastamento da capacidade, da aptidão, pela deficiência”. Böck, Gesser e Nuernberg ²³ corroboram para o entendimento de que os modos de ensinar reafirmam o capacitismo internalizado na sociedade ao afirmar que os currículos escolares são voltados à “valorização das capacidades comuns do aluno neurotípico, que enxerga, anda, ouve e tem capacidade de raciocínio e memória”. Campbell ¹¹ diz que “o capacitismo, acarreta tratamento diferencial ou desigual das pessoas em virtude de deficiências existentes ou presumidas”.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

e autonomia, igualdade de oportunidades e não discriminação³. Entretanto, a sociedade frequentemente faz julgamentos baseados em padrões de “perfeição” e “normalidade”, desconsiderando a diversidade humana.

Segundo Silva⁷, essa visão é originária de uma lógica social que prioriza a funcionalidade intensa e o controle do corpo, muitas vezes moldado pelo padrão existente naquela sociedade. O mecanismo de negação social não apenas exclui, mas também reforça estereótipos que limitam as possibilidades de inclusão e reconhecimento da diversidade corporal. Dessa forma, a deficiência é muitas vezes reduzida a um problema a ser corrigido, em vez de ser compreendida como uma característica que coexiste com as potencialidades do indivíduo.

Para Mello, o capacitismo reflete uma valorização de corpos que envolvem ideais de beleza e funcionalidade, desqualificando aqueles que não se enquadram nesses padrões⁸. O capacitismo é um conceito presente, sendo definido como preconceito ou discriminação contra pessoas com deficiência. É sustentado por uma visão reducionista que supõe inferioridade e incapacidade. Essa visão impacta diretamente nas relações sociais, reforçando desigualdades e limitando o acesso pleno aos direitos básicos, apesar das garantias previstas por leis como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI)³. Já Dias amplia a visão, destacando o caráter universal e opressor contra as pessoas com deficiência. O conceito de capacitismo é abordado com maior ênfase na literatura e estudos internacionais e mais recentemente no Brasil. E em nosso país, não há outra categoria analítica em língua portuguesa que possa expressar a “discriminação por motivo de deficiência”^{9,10}.

Segundo Campbell¹¹, o capacitismo está para as pessoas com deficiência, assim como o racismo está para os negros e o sexismo para as mulheres. Adota-se até o presente momento o termo capacitismo para darmos visibilidade a uma forma peculiar de opressão contra as pessoas com deficiência e, por consequência, dar maior visibilidade social e política a este segmento¹². Promover uma sociedade inclusiva exige não apenas a aplicação efetiva das leis, mas também um trabalho contínuo de conscientização e combate ao capacitismo. Isso envolve

a promoção da diversidade e da inclusão em todos os setores, a valorização das contribuições das pessoas com deficiência e o reconhecimento de seus direitos humanos fundamentais.

Podemos inferir que as concepções estabelecidas a partir da implantação da Política Nacional de Educação Especial (PNEE) nos impulsionam pôr à vista propostas pedagógicas fundamentadas em bases teóricas que demonstram experiências e vivências, interações e contextos da vida de estudantes, suas necessidades e singularidades. Nas atividades planejadas intencionalmente para os estudantes, objetivamos trazer essa reflexão para o ambiente educacional, promovendo a empatia e a inclusão de todos os estudantes, superando essa lógica exige não apenas a desconstrução desses estereótipos, mas também a promoção de valores que reconheçam a diversidade como parte inerente da humanidade¹³.

Como postula Vendramin, o capacitismo, entendido como a discriminação contra pessoas com deficiência, manifesta-se de forma especialmente enganosa por meio das barreiras atitudinais¹⁴. As barreiras atitudinais conforme a legislação vigente como:

[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros”³.

Nesse sentido, as barreiras atitudinais não são barreiras físicas, mas comportamentais e simbólicas, manifestando-se em atitudes preconceituosas, expectativas limitadas e falta de empatia ou reconhecimento das capacidades e direitos das pessoas com deficiência⁹. Portanto, essas atitudes criam ambientes excludentes e reforçam estruturas de exclusão social.

Dias reitera que a barreira atitudinal se dá devido a uma consequência da intolerância⁹:

[...] o preconceito e as atitudes negativas em relação às pessoas com deficiência vão dificultar que a sociedade realize as modificações necessárias para garantir a acessibilidade na escola, no lazer, na informação, na cultura e nos outros sistemas sociais”.

Por conseguinte, a análise de questões culturais e sociais é essencial para promover uma sociedade mais justa e inclusiva. Quando refletimos sobre preconceitos, como o capacitismo, e suas raízes na cultura e nas relações sociais, possibilitaram espaço para diálogos transformadores que valorizam as diferenças como riquezas, e não como obstáculos.

A Lei nº 11.133/2005 foi publicada no DOU em 15 de julho de 2005. A lei institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, que é celebrado no dia 21 de setembro. Lei nº 11.133/2005, com o objetivo de conscientizar sobre a importância do desenvolvimento de meios de inclusão das pessoas com deficiência (PCD), além de evidenciar o debate sobre preconceito¹⁵. Para melhor compreensão de acordo com Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)³, define:

[...] são pessoas com impedimento de médio ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Discursos, atitudes e comportamentos capacitistas que estão presentes no cotidiano da escola comum indicam que crianças e adolescentes com deficiência passam por diferentes danos em decorrência do capacitismo no ambiente escolar¹⁶.

Diante do exposto, o estudante com deficiência muitas vezes privado de tarefas escolares, de aprendizagens e da socialização no cotidiano escolar para o seu próprio bem-estar e segurança. Mello e Cabistani afirmam que o preconceito com “pessoas com deficiência configura-se como um mecanismo de negação social, já que as diferenças são vistas como carência, falta ou impossibilidade”¹⁷.

Para Vendramin “Capacitismo é a leitura que se faz a respeito de pessoas com deficiência, assumindo que a condição corporal destas é algo que, naturalmente, as define como menos capazes”¹⁴. Essas ações, muitas vezes aparentemente simples, podem criar barreiras invisíveis que dificultam a inclusão dessas pessoas nos círculos sociais e no convívio comum. Esse processo reforça a ideia de que a sociedade tem padrões que excluem aqueles que não se encaixam nas normas estabelecidas.

Em linhas gerais, o capacitismo tem sido utilizado para “nomear a discriminação de pessoas por motivo de deficiência”⁶.

A exclusão social pode ocorrer de diversas formas, incluindo preconceito, discriminação, ou até indiferença nas interações diárias. Dessa forma, as ações capacitistas podem se manifestar de maneira direta, com exemplos perceptíveis como bullying e violência física. Essas atitudes são formas explícitas de discriminação contra pessoas com deficiência e têm um impacto profundo, tanto físico quanto emocional¹⁸.

O bullying capacitista refere-se a comportamentos hostis e intimidatórios, geralmente voltados para zombarias, insultos e exclusões de indivíduos com deficiência, podendo ocorrer em escolas, ambientes de trabalho ou outros espaços sociais¹⁹.

A violência física envolve qualquer tipo de agressão que causa dano corporal a uma pessoa com deficiência. Podem ser explícitas, como empurrões, tapas ou outros tipos de agressão, e é uma forma gravíssima de capacitismo, pois vai além de palavras simples ou atitudes preconceituosas, comprometendo a integridade física do indivíduo²⁰.

De acordo com o Dicionário Anticapitista, várias expressões e questionamentos que perpetuam estigmas e preconceitos sobre as pessoas com deficiência devem ser excluídos do vocabulário, pois reforçam a ideia de incapacidade, inferioridade ou a ideia de que as pessoas com deficiência são diferentes, mas com uma abordagem negativa. Alguns exemplos de expressões e questionamentos que devem ser evitados incluem²¹:

– “Deficiente” é uma palavra que quando usada de forma genérica, pode reduzir a pessoa a sua deficiência, desconsiderando sua individualidade e potencialidades. O uso do termo “pessoa com deficiência” é mais adequado e respeitoso, pois coloca a pessoa em primeiro lugar.

– “Coitadinho(a)” ou “Pobrezinho(a)” são expressões que evocam pena ou compaixão exagerada e reforçam a ideia de que as pessoas com deficiência são vítimas ou incapazes. Isso pode ser desumanizante e negar o empoderamento dessas pessoas.

– “Você é uma inspiração!” Embora a intenção seja positiva, esse tipo de comentário pode reforçar o estereótipo de que a pessoa com deficiência é uma exceção ou um milagre.

– “Você não parece ter deficiência” sendo que esse tipo de comentário invalida a experiência da pessoa com deficiência e

reforça a ideia de que uma deficiência precisa ser “visível” para ser considerada legítima.

– “Essa pessoa é um exemplo de superação”! Essa expressão embora muitas vezes seja dita com boas intenções, é um exemplo claro de pensamento, pois implica que a pessoa com deficiência é vista como alguém que, por ser deficiente precisa superar algo extraordinário para realizar tarefas cotidianas.

Essas expressões reforçam o capacitismo ao reduzir as pessoas com deficiência a um único aspecto de sua identidade, frequentemente associando a deficiência a uma condição negativa ou a uma tragédia pessoal.

O pensamento anticapacitista busca desconstruir esse tipo de linguagem e entendimento. O objetivo é valorizar a pessoa com deficiência sem a romantização da sua condição ou a ênfase excessiva nas suas dificuldades, tratando-a com respeito e igualdade, sem transformá-la em um “herói” por realizar atividades cotidianas que qualquer outra pessoa também realizaria.

É importante refletir sobre como nossas atitudes e atitudes cotidianas podem reforçar ou combater a exclusão social, e como uma sociedade mais inclusiva pode ser construída ao romper essas barreiras, acolhendo as diferenças e promovendo a igualdade.

A análise indicou que não há uma diversidade significativa de autores citados como referência sobre o tema, o que aponta para a necessidade urgente de mais pesquisadores dedicados ao aprofundamento e à disseminação de informações sobre o capacitismo, especialmente para aqueles que estão fora do ambiente acadêmico. Além disso, as produções no Brasil são majoritariamente recentes, concentrando-se nos últimos dois anos, o que revela um crescente interesse e demanda sobre o tema. Embora o foco das autoras tenha sido nas produções nacionais, ao estabelecer esse recorte, limitou-se a análise da produção e compreensão do conceito para além do cenário brasileiro.

Outro ponto levantado pelos resultados é a sugestão de que há um número insuficiente de produções acadêmicas que utilizem o conceito de capacitismo em teses e dissertações. Para verificar ou refutar essa hipótese, seria interessante incorporar esses estudos, a fim de aprofundar a análise sobre o tema.

Por fim, o artigo destaca a importância de incorporar a temática da deficiência de forma interseccionada com outras categorias de análise, por meio de estudos que explorem o capacitismo no Brasil. Além disso, sugere-se a realização de mais pesquisas acadêmicas que utilizem o conceito de capacitismo, e que, mais além, possam traduzi-lo em ações concretas de conscientização social, como cartilhas, informativos, vídeos e conteúdos digitais. Essas iniciativas visam fortalecer a compreensão do tema, promovendo maior engajamento e educação da população em geral.

CONCLUSÃO

Em linhas de síntese, no presente artigo, o tema do capacitismo e suas formas de opressão institucionalizadas na sociedade são frequentemente negligenciados, apesar da crescente conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência. Quando o termo capacitismo ganhou notoriedade na última década, ainda se observa uma lacuna significativa na divulgação e compreensão desse conceito, especialmente no contexto brasileiro. Muitas pessoas continuam sem uma compreensão clara do termo capacitismo e de suas implicações no cenário contemporâneo. Espera-se que este estudo, portanto, sirva como um alerta e, mais importante, como uma fonte de informação e conhecimento para a população. No cotidiano, é possível observar diversas facetas de uma cultura capacitista, que valoriza os indivíduos com base em suas capacidades físicas ou mentais.

O capacitismo, originado de concepções preconceituosas e endossado pelo senso comum se manifesta em atitudes aparentemente inofensivas, mas também em agressões verbais e físicas explícitas, além da segregação de pessoas com características que fogem ao que é considerado “normal”. Essa estigmatização se revela por meio de palavras, expressões, “brincadeiras” e ações que, muitas vezes, são realizadas automaticamente, sem uma reflexão crítica. Tais atitudes causam sofrimento a uma parcela significativa da população. A erradicação dessas práticas não é simples nem rápida, pois exige mudanças profundas nas estruturas culturais e sociais.

Atualmente, há um crescente discurso sobre os direitos e as necessidades das pessoas com deficiência. No entanto, é amplamente reconhecido que elas ainda enfrentam barreiras significativas para sua aceitação e plena participação nos diversos âmbitos da vida social.

A acessibilidade, portanto, está relacionada tanto à possibilidade de incluir essas pessoas nos espaços públicos, como à garantia do acesso à informação e ao conhecimento. Isso contribui para a quebra de barreiras, preconceitos e desinformação, promovendo a inclusão efetiva.

REFERÊNCIAS

1. Bandeira L, Batista AS. Preconceito e discriminação como expressões de violência. *Rev Estud Fem* [Internet]. 2002 [citado 2024 out 24];10(1):119. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100007>. doi: 10.1590/S0104-026X2002000100007
2. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 [Internet]. Brasília: Diário Oficial da União; 1988 [citado 2024 out 24]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
3. Brasil. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília: Diário Oficial da União; 2015.
4. Maia JS. No limite do equilíbrio: desconstrução do capacitismo [Trabalho de Conclusão de Curso]. Brasília: Centro Universitário de Brasília (UniCEUB); 2023 [citado 2024 set 1–2025 jan 31]. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/16604>
5. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva [Internet]. Brasília: MEC/SEESP; 2008 [citado 2024 set 1–2025 jan 31]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>
6. Gesser M, Block P, Mello A. Estudos da deficiência: interseccionalidade, antipacitismo e emancipação social [Internet]. 2020 [citado 2025 abr 10]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/348190994_Estudos_da_deficiencia_interseccionalidade_antipacitismo_e_emancipacao_social
7. Silva LM. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. *Rev Bras Educ* [Internet]. 2006;1(33):424–34 [citado 2024 set 1–2025 jan 31]. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000300004
8. Mello AG. Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência [dissertação]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2014.
9. Dias A. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal à narrativa capacitista social. In: Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência; 2013; São Paulo. Anais. São Paulo: USP; 2013. p. 1–14.
10. Dias FS, Moreira MCN, Silva LN. Deficiência e capacitismo: uma agenda nacional inconclusa para a 17ª Conferência Nacional de Saúde. *Cad Saude Publica* [Internet]. 2023 [citado 2024 dez 12];39(6):e00068723. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT068723>
11. Campbell FK. Refusing able(ness): a preliminary conversation about ableism. *M/C J* [Internet]. 2009 [citado 2024 nov 8];11(3). Disponível em: <https://journal.media-culture.org.au/index.php/mcjournal/article/view/46>. doi: 10.5204/mcj.46
12. Mello AG. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Cienc Saude Colet* [Internet]. 2016;21(10):3265–76 [citado 2024 set 1–2025 jan 31].
13. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. PNEE: Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida [Internet]. Brasília: MEC/SEMSP; 2020 [citado 2024 out 24]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/descontinuado/pnee.pdf>
14. Vendramin C. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. In: Simpósio Internacional Repensando Mitos Contemporâneos; 2019; Campinas, Brasil. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); 2019 [citado 2025 abr 10]. Disponível em: <https://www.iar.unicamp.br/publionline/simpac/www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/simpac/article/download/4389/4389-Texto%20do%20artigo-12010-1-10-20191214.pdf>
15. Brasil. Lei nº 11.133, de 14 de julho de 2005. Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. Diário Oficial da União. 2005 jul 15; Seção 1:1 [citado 2025 abr 10]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11133-14-julho-2005-537835-publicacaooriginal-30747-pl.html>
16. Magalhães TFA. A luta antipacitista na universidade: revendo conceitos de deficiência [tese]. Seropédica/Nova Iguaçu: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Educação/ Instituto Multidisciplinar; 2022 [citado 2024 dez 23]. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/9932>
17. Mello LS, Cabistani LG. Capacitismo e lugar de fala: repensando barreiras atitudinais. *Rev DPERS* [Internet]. 2019 [citado 2025 abr 14];(23):118–39. Disponível em: <https://revistadpers.emnuvens.com.br/defensoria/article/view/112>
18. Rossato SM, Rossato G. Educando para a superação do bullying. São Paulo: Loyola; 2013.
19. Sassaki RK. Capacitismo, incapacitismo e deficientismo na contramão da inclusão. *Reacao: Ver Nac Reabilit* [Internet]. 2014 jan-fev [citado 2024 dez 23];96(7):10–2. Disponível em: <https://revistareacao.com.br/wp-content/uploads/2018/05/ED96.pdf>

20. Minayo MCS. O significado social e para a saúde da violência contra crianças e adolescentes. In: Westphal MF, organizador. *Violência e criança*. São Paulo: Edusp; 2002. p. 11–30.
21. Nubank. 29 expressões e perguntas capacitistas para excluir de vez do vocabulário. Blog do Nubank [Internet]. 2021 dez 3 [atualizado 2025 jan 13; citado 2025 abr 10]. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/perguntas-capacitistas-para-excluir-do-vocabulario/>
22. Ferreira SDM, Gesser M, Böck GLK. Narrativas de estudantes da educação básica sobre o capacitismo e o anticapacitismo presentes nas práticas pedagógicas na escola. *Rev Bras Estud Pedagog* [Internet]. 2024;105:e5821. Available from: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.105.5821>
23. Böck GLK, Gesser M, Nuernberg AH. O desenho universal para aprendizagem como um princípio do cuidado. *Rev Educ Artes Inclusão*. 2020;16(2):361–80.
24. Taylor A. The discourse of pathology: reproducing the able mind through bodies of color. *Hypatia*. 2015;30(1):181–98.
25. Baglieri S, Valle J, Connor D, Gallagher DJ. [Re]claiming “inclusive education” toward cohesion in educational reform: disability studies unravels the myth of the normal child. *Teach Coll Rec*. 2011;113(10):2122–54.
26. Wolbring G. The politics of ableism. *Development*. 2008;51(2):252–8.
27. Lage SRM, Alvares Lunardelli RS, Kawakami TT. O capacitismo e suas formas de opressão nas ações do dia a dia. *Encontros Bibli* [Internet]. 2023 Aug 15 [cited 2025 Apr 30];28:1–20. Available from: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/93040>
28. Santos LX. Deficiência para um dicionário marxista: a política capacitista de uma palavra. *Pensata*. 2021;9(2). Available from: <https://doi.org/10.34024/pensata.2020.v9.11100>
29. Mello AG. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Cien Saude Colet*. 2016;21(10):3265–76.
30. Mello AG, Aydos V, Schuch P. Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência. *Horiz Antropol*. 2022;28(64):7–29. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832022000300001>
31. Piccolo GM. Capacitismo: uma categoria útil para a análise histórica das marginalizações sociais [Internet]. *SciELO Preprints*. 2023 [cited 2025 Apr 29]. Available from: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/7613>
32. Soares BS, Ribeiro IP. A influência do capacitismo no Decreto nº 10.502/2020 e no texto da PNEE 2020. *Educ Pesqui* [Internet]. 2023;49:e257304. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349257304por>
33. Mello AG. *Corpos (in)capazes*. Jacobin Brasil [Internet]. 2021 Feb [cited 2025 Apr 29];(2). Available from: <https://jacobin.com.br/2021/02/corpos-incapazes/>

DECLARAÇÕES

Contribuição dos autores

Concepção: LBF, FSR, PSSF. Investigação: LBF, FSR, PSSF. Metodologia: LBF, FSR, PSSF, MF, LMDB, PGS. Coleta de dados: LBF, FSR, PSSF. Tratamento e análise de dados: LBF, FSR, PSSF, MF, LMDB, PGS. Redação: LBF, FSR, PSSF, MF, LMDB, PGS. Revisão: LBF, FSR, PSSF, MF, LMDB, PGS. Aprovação da versão final: LBF, FSR, PSSF, MF, LMDB, PGS. Supervisão: LBF, PSSF.

Agradecimentos

Ao curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Prevenção às Violências, Promoção da Saúde e Cuidado Integral, uma Parceria UFES/SEAD.

Financiamento

UNAC – 2023. Edital FAPES nº 1223/2022 P 2022-40x90.

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

Aprovação no comitê de ética

Não se aplica.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Dados de pesquisa e outros materiais podem ser obtidos por meio de contato com os autores.

Editores responsáveis

Carolina Fiorin Anhoque, Blima Fux, Franciéle Marabotti Costa Leite.

Endereço para correspondência

Universidade Federal do Espírito Santo, Av. Marechal Campos, 1468, Maruípe, Vitória/ES, Brasil, CEP: 29043-900.